

A COSTA INVISÍVEL AO DIREITO: NEGLIGÊNCIA AMBIENTAL E INEFICÁCIA JURÍDICA DIANTE DA POLUIÇÃO MARINHA E URBANA EM UBATUBA

ODS 14

Audrya Caroline Magalhães de Matos (Universidade de Taubaté)
Rêmulo Marciano de Souza (Professor orientador)

A deterioração dos ecossistemas costeiros de Ubatuba expõe a fragilidade da efetividade jurídica e a insuficiência das medidas administrativas perante a poluição marinha e urbana, derivada sobretudo do despejo irregular de óleo proveniente de embarcações e da insuficiência no tratamento de efluentes domésticos. A condenação do município em Ação Civil Pública, posteriormente ratificada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, reafirma a omissão do poder público frente à obrigação constitucional de tutela ambiental. A distância existente entre o arcabouço normativo ambiental e sua concretização prática no cenário municipal, destacando os impactos ecológicos, sociais e econômicos advindos da ausência de planejamento e da deficiência de políticas públicas. Para atingir tal objetivo, empregou-se um método qualitativo de natureza exploratória, fundamentado na análise de legislações, decisões judiciais, relatórios técnicos e estudos científicos de instituições como USP, UNESP e CETESB, complementado por uma investigação empírica realizada pelo Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IO/USP) por meio de questionários aplicados à população local e a frequentadores da região, a fim de captar percepções acerca da degradação ambiental e da atuação estatal. Os resultados demonstram índices elevados de contaminação das águas costeiras por metais pesados, hidrocarbonetos e resíduos farmacêuticos, bem como a persistente presença de esgoto doméstico em áreas densamente ocupadas. Constata-se, ainda, que o turismo desordenado, associado à insuficiência da fiscalização e à ausência de políticas educativas permanentes, compromete a saúde pública, a atividade econômica local e a preservação dos modos de vida tradicionais, como o dos caiçaras. Conclui-se que, embora exista um aparato jurídico consistente no ordenamento brasileiro, sua aplicação em Ubatuba permanece limitada, permitindo a perpetuação de um quadro de invisibilidade normativa e de negligência administrativa que acentua a vulnerabilidade ambiental

Palavras-chave: Poluição Costeira; Tutela Jurídica; Negligência Estatal; Sustentabilidade Ambiental.